

**O ATIVISMO CONTRA A TORTURA NO SISTEMA PRISIONAL CAPIXABA:
OS PADRÕES DE INTERAÇÃO ENTRE O MOVIMENTO DE DIREITOS
HUMANOS E O GOVERNO DO ESTADO NO CONTEXTO DAS
“MASMORRAS DE HARTUNG”**

Rodrigo Paris Gasparini¹

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Este artigo analisa os padrões interativos e níveis de institucionalização dos repertórios mobilizados pelo Movimento de Direitos Humanos do Espírito Santo no contexto da Campanha Contra as Violações no Sistema Prisional (2004-2010), empreendida durante a crise no sistema carcerário do estado do Espírito Santo (Brasil), período que ficaria nacionalmente conhecido como “Masmorras de Hartung”. Para realizar tal análise, utiliza-se de um banco de dados pré-estabelecido para fins de realizar tanto a reconstrução do contexto histórico e político no qual se desenrolou a luta do movimento, como para mapear e contabilizar a ocorrência de perfis de repertórios. Para melhor compreensão da luta empreendida pelo movimento social, considera-se o caráter interativo da relação entre sociedade civil e Estado como fruto de rotinas de interação não exclusivamente contenciosas. Isso ocorre com a finalidade de melhor compreender as estratégias empregadas deliberadamente pelo movimento a fim de incidir sobre a conjuntura problematizada.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Repertório de Interação; Padrões de Interação.

Abstract: This article analyzes the interactive patterns and levels of institutionalization of the repertoires mobilized by the Human Rights Movement of Espírito Santo in the context of the Campaign Against Violations in the Prison System (2004-2010), undertaken during the crisis of the prison system in the state of Espírito Santo (Brazil), period that would be nationally known as “Hartung’s (the Governor back in the day) Dungeons”. In order to carry out such analysis, a pre-established database with multiple documents is used for the reconstruction of the historical and political context in which the struggle of the movement unfolded, as well as to map and account for the occurrence of specific repertoire profiles. For a better understanding of the

¹ Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (PGCS/UFES) - Bolsista CAPES/FAPES de acordo com o Edital 001/2018. Graduado em Ciências Sociais pela UFES. Pesquisador integrante do Núcleo Participação e Democracia, do Laboratório de Estudos Políticos (UFES/ES). E-mail: paris_rodrigo@hotmail.com.

struggle undertaken by the social movement, the interaction between society and the State is recognized here as the result of multiple interactional routines that are not exclusively contentious. This praxis was chosen here in order to better understand the strategies deliberately utilized by the movement in order to influence the problematic conjuncture.

Keywords: Social movements; Interactional repertoires; Interactional Patterns.

Introdução

O Movimento de Direitos Humanos do Espírito Santo (MDH-ES) possui um histórico de lutas sociais que remonta à década de 1980 com a criação do Centro de Defesa de Direitos Humanos da Serra (CDDH) em 1984 e do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH-Leste I). Outras duas importantes organizações unem-se a essa pauta no decorrer da década de 1990, o Centro de Apoio aos Direitos Humanos (CADH) e o Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH), além da adesão de alguns grupos religiosos, partidários e algumas associações civis. O MDH-ES se destacou desde sua formação até os dias atuais por, além de sua atuação por meio de denúncias/atos públicos/protestos, mobilizar-se na produção de relatórios, dossiês e bancos de dados, reunindo fontes de informações diversificadas tendo como fins trazer uma maior visibilidade para a pauta dos direitos humanos. Esse esforço empreendido pelo movimento envolve a criação de técnicas de coleta de dados, arquivamento e análise documental, cujo processo final resulta na elaboração de densos relatórios e bancos de dados acerca dos diagnósticos identificados pelos atores envolvidos enquanto problemáticas e seus respectivos prognósticos. Desta forma, o movimento foi eficiente na criação de mecanismos de sistematização de informações acerca da realidade vivenciada a partir de suas perspectivas, buscando trazer uma narrativa interpretativa acerca das origens das problemáticas, assim como suas conseqüências e possíveis soluções, além de buscar trazer uma maior visibilidade ao tema dos direitos humanos tanto no meio societal como no político visando minimizar as injustiças encobertas até então pelas “narrativas oficiais”.

Dentre os diversos contextos de lutas empreendidas pelo MDH-ES, será aqui analisado o período compreendido como Campanha Contra as Violações no Sistema Prisional (2004-2010). Este estudo busca mapear, nesse período da história capixaba, como se dava a interação entre o movimento social e o Estado, utilizando-se do conceito de *repertório de interação* (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014) para mensurar os níveis de institucionalidade e os índices de conflituosidade da totalidade das ações

empreendidas. Este estudo surge como um exercício com a finalidade de subsidiar análises futuras capazes de melhor compreender a causalidade que norteia a transformação dos repertórios interativos do movimento, que constitui um dos objetivos específicos do projeto de mestrado² que motivou este estudo. A discussão aqui pretendida organizar-se-á em cinco sessões: a primeira terá como foco principal a apresentação do conceito de *repertório de interação* e da apresentação da estratégia de ferramentalização desse conceito para a análise da realidade empírica estudada; A segunda sessão irá trazer um breve panorama histórico quanto ao contexto político da luta empreendida pelo movimento no contexto da campanha estudada; A terceira sessão será reservada às considerações metodológicas quanto ao universo amostral utilizado na pesquisa, e ainda sobre o processo de análise de dados aqui empreendido; Na quarta sessão será realizada a análise de dados, trazendo um panorama quanto os níveis de institucionalidade e conflituosidade intrínsecos à ação do movimento no recorte temporal estudado; Por fim, a quinta sessão se destina à guisa de conclusão, relacionando os achados empíricos com o contexto histórico e as elaborações teóricas que direcionam as investigações aqui proposta.

1. Sobre a Construção Conceitual dos Repertórios de Interação

O debate acerca do surgimento e das dinâmicas intrínsecas à ação coletiva tem se demonstrado tão relevante quanto duradouro no campo da ciência política contemporânea. No decorrer do século XX, multiplicam-se as tentativas de criar estratégias analíticas capazes de compreender essa modalidade de mobilização social. O objetivo desta sessão é situar o leitor quanto às elaborações teóricas que originaram o conceito de repertórios de interação que será aqui utilizado para analisar o contexto de ativismo durante a campanha³ estudada.

O conceito de repertórios de interação (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014) aqui pretendido é uma reinterpretação derivada originalmente do conceito de repertório de ação presente na Teoria do Confronto Político de Charles Tilly (1929-2008). Tilly formulou sua Teoria do Processo Político (depois renomeada Teoria do Confronto

² *Movimentos Sociais, Estado e suas Dinâmicas de Interação: um balanço de duas décadas do ativismo do Movimento de Direitos Humanos no Espírito Santo*, que ainda se encontra em processo de desenvolvimento. Possui financiamento CAPES/FAPES, de acordo com o Edital 001/2018.

³ A campanha é um momento de visibilidade da ação do movimento social, formada por um conjunto de episódios com sequenciamento concatenados e constituintes do processo de ação coletiva (Tilly, 2006).

Político), buscando explicar o surgimento e o desenrolar da ação coletiva a partir da reconstrução do contexto político, ou da estrutura de oportunidades e restrições políticas, sobretudo no que diz respeito às relações de força entre as autoridades – grupos ocupando cargos em setores do Estado –, e os desafiantes – que se encontram fora da esfera de poder do Estado. Seria decisiva nesta relação a capacidade (ou perda dela) de repressão por parte das autoridades e a disponibilidade, para os desafiantes, da existência de potenciais apoiadores entre setores dissidentes da elite no poder (TARROW, 2009,p.38-39; ALONSO, 2012,p.22).

O conceito tillyano de repertório de ação coletiva fora arduamente ampliado e repensado durante a carreira do autor, passando por fim, a ser entendido como um conjunto de performances (ciclos de protesto) organizadas, realizadas por um ator coletivo a fim de exercer pressão sobre um interlocutor/antagonista (Estado, no caso), para que este tome providências diante das reivindicações do movimento. A versão final da obra de Tilly reforça a capacidade de adaptação dos atores no que diz respeito a modificar e adequar as performances de um repertório a um formato que melhor alcance seus fins dentro dos limites impostos tanto pela conjuntura sociopolítica vigente como por fatores culturais presentes no meio social em que se enquadra o conflito (TILLY, 2008). A construção do repertório seria então ao mesmo tempo tradição, continuidade e inovação, a depender da percepção da conjuntura geral por parte do ator. Essa perspectiva de constante transformação dos repertórios é também uma propriedade intrínseca à ideia de repertório de interação, que será discutida a seguir.

O conceito de repertório de interação foi desenvolvido por Rebecca Abers, Lisandra Serafim e Luciana Tatagiba a partir da percepção da insuficiência do conceito tillyano de repertório de ação somado às noções de oportunidades e restrições políticas na compreensão da realidade dos movimentos sociais brasileiros. As autoras basearam suas análises no período pós-início da era Lula (2003) marcado pelo mote da “participação da sociedade” reforçado pelo governo PT. Elas partem do argumento de que neste contexto de maior proximidade, movimentos sociais e atores estatais se possibilitaram a experimentar criativamente com diferenciados padrões históricos de interação Estado-sociedade e reinterpretaram rotinas de comunicação e negociação de pautas de formas inovadoras. A constatação é de que ativistas que assumem cargos na burocracia federal frequentemente transformam agências governamentais em espaços de militância nos quais continuaram a defender bandeiras desenvolvidas previamente no âmbito da

sociedade civil. No governo, tais ativistas buscaram construir e fortalecer espaços participativos formalizados – como conselhos e comitês –, cuja relevância se mostrava crescente no âmbito nacional durante o recorte analítico das autoras (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p.326). Desta forma, as autoras buscaram compreender a combinação dessas práticas e rotinas de interação entre o Estado e movimentos sociais em diversos setores de políticas públicas, partindo da premissa de que as variações nessas rotinas podem ser explicadas por dois fatores centrais: os padrões históricos de relação Estado/movimentos em cada setor; e o nível de receptividade encontrada na esfera estatal - aspecto do qual pode por muitas vezes ser favorecido pela presença de aliados do movimento em cargos-chave no interior do governo (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p.327).

A adaptação conceitual realizada pelas autoras acerca do repertório de ação de Tilly – pensado de forma a entender as dinâmicas dos movimentos sociais a partir de uma lógica puramente conflitiva - se deu de forma a considerar analiticamente dinâmicas não unicamente contenciosas para compreender a interação entre os atores sociais e o Estado. Apesar dos repertórios de interação distinguirem-se dos repertórios de ação na medida de sua compreensão quanto ao nível de conflituosidade da interação, assume-se aqui que eles partilhariam das propriedades adaptativas pretendidas originalmente pelos autores do Confronto Político para explicar as transformações graduais nos repertórios contenciosos. Assim, as dinâmicas internas e o potencial impacto político de movimentos sociais poderiam variar também de acordo com o nível de institucionalização de sua atuação e também dos repertórios de interação sociedade-Estado historicamente construídos, podendo estes sofrer bastante incidência caso haja uma maior ou menor inserção de ativistas e/ou aliados em setores estratégicos do poder público. Para melhor entender os fatores responsáveis por essa variação, deve-se observar a forma como essas novas arenas empiricamente encontradas se encaixam na tradição da relação Estado-sociedade. Esse seria então o grande ganho analítico do emprego da noção de repertórios de interação Estado-sociedade na compreensão dos movimentos sociais brasileiros.

A discussão pertinente na literatura internacional sobre ação coletiva tem se debruçado historicamente sobre as questões pertinentes a relação entre os movimentos sociais e Estado sob uma ótica de conflito trazendo, portanto, os repertórios de ação entendidos como ciclos de protestos – conforme os moldes tillyanos - como elementos centrais para

as análises. Porém, essa perspectiva não necessariamente supre todas as necessidades analíticas com as quais se deparam os cientistas sociais brasileiros na busca pela compreensão das relações observadas empiricamente entre os movimentos e o poder público (ABERS; VAN BÜLOW, 2011). Tem se mostrado notável no cenário brasileiro a atuação dos movimentos sociais no interior do Estado através da permeabilidade das estruturas do Estado aos próprios ativistas ou da interação direta com agentes públicos em setores de interesse. Essa visão rompe com a premissa do confronto político que assume o papel obrigatoriamente antagonista do Estado em relação com o movimento, e encoraja a literatura brasileira a trabalhar de forma a mobilizar ferramentas teóricas capazes de compreender tanto o processo de construção dos vínculos de colaboração (quando ocorre) entre os movimentos e o Estado como as formas das quais o movimento utiliza-se do próprio aparelho estatal para incidir sobre seus objetivos. Neste sentido, Abers, Serafim e Tatagiba (2014) definiram quatro instâncias analíticas – ou rotinas de interação Estado-sociedade - que podem ser empregadas de forma a visualizar essa realidade dentro da perspectiva dos repertórios de interação: 1) *Protestos e ação direta*; 2) *Política de proximidade*; 3) *Participação institucionalizada*; 4) *Ocupação de cargos na burocracia* (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014).

Protestos e ação direta diz respeito a forma de mobilização de movimentos que expressam demandas de forma a pressionar seus interlocutores estatais a negociar através da demonstração de sua capacidade de mobilização. Nessa modalidade destacam-se as marchas, protestos de rua dentre outras formas que se mostram eficientes em tornar públicos posicionamentos conflitantes, reforçando o potencial numérico de apoio a pauta ao mesmo tempo em que busca reafirmar identidades coletivas intrínsecas ao movimento. O significado atribuído ao protesto pelos atores pode variar caso o governo seja visto como um aliado do movimento. Neste caso, as autoras identificam dois tipos de rotinas de protesto e ação direta: “*protesto para abrir ou restabelecer negociação*, no caso de governos que são menos permeáveis às demandas dos movimentos; ou *protestos como parte do ciclo de negociação*, mais comuns em situações nas quais atores de governo e movimento são aliados em torno de projetos políticos comuns.” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p.332).

Política de proximidade representa formas de interação baseadas na existência de contatos pessoais entre atores estatais e societais. Isso tende a ocorrer quando

atores/pautas sociais específicos agregam a si um nível de prestígio junto a setores no Estado, possibilitando assim incidir sobre o processo decisório público.

Participação institucionalizada é uma forma de interação na qual o diálogo entre sociedade civil e Estado se dá a partir do uso de canais comunicativos oficiais, nos quais a participação presume a aceitação de um conjunto de regras pré-estabelecidas (muitas vezes por vias legais). Dentre esses canais, – no cenário brasileiro – exemplificam-se principalmente instituições participativas como orçamento participativo, conselhos de políticas públicas e conferências.

Ocupação de cargos na burocracia presume que haja uma maior facilidade por parte de atores inseridos na máquina burocrática para promover suas pautas. Esse tipo de rotina tende a se tornar mais comum em contextos nos quais o governo é tido como aliado dos movimentos. Essa modalidade tende a favorecer a ocorrência de interações de *política de proximidade*, já que a comunicação não se restringe às formalidades da atuação burocrática, podendo por muitas vezes facilitar a ocorrência negociações em espaços informais durante encontros - entre atores societais e seus interlocutores estatais - que só puderam ser realizados devido à posição privilegiada de determinados atores enquanto funcionários do Estado (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p.334).

No que diz respeito às ferramentalizações pretendidas no presente estudo, a utilização do conceito de repertório de interação na análise do objeto de pesquisa investigado se dará de forma a tipificar as quatro principais modalidades de repertório expostas acima em apenas duas categorias analíticas imediatas: 1) *Repertório extra-institucional*, que compreende a modalidade de *protesto e ação direta*; 2) *Repertório institucional*, que engloba as instâncias de *política de proximidade*, *participação institucionalizada* e de *ocupação de cargos na burocracia* por ativistas. No repertório, a ação institucional e a extra-institucional equivalem a estratégias e performances desenvolvidas pelo movimento no contexto de interação com os oponentes (TILLY, 2006), portanto, o critério classificatório aplicado às *rotinas de interação* diz respeito à esfera na qual se espera realizar a interação. Somadas a essas duas categorias, os repertórios identificados serão submetidos a uma classificação referente ao seu padrão de interação, no que diz respeito ao de conflituosidade dos repertórios, disposto em três níveis: 1) Conflitivo; 2) Cooperação Conflitual; 3) Cooperativo⁴. Essa classificação se dá a partir da constatação

⁴ O padrão de cooperação compreende “[...] a relação entre duas partes baseada na concordância quanto aos fins de uma dada ação, que envolve uma colaboração ativa com o objetivo de atingir cada finalidade”

de que o movimento social pode desenvolver diferentes padrões de interação com o Estado no decorrer do tempo, e que sua atuação não se restringe às interações conflitivas, podendo abarcar as interações cooperativas e de cooperação conflitual (CARLOS, 2015, 2017).

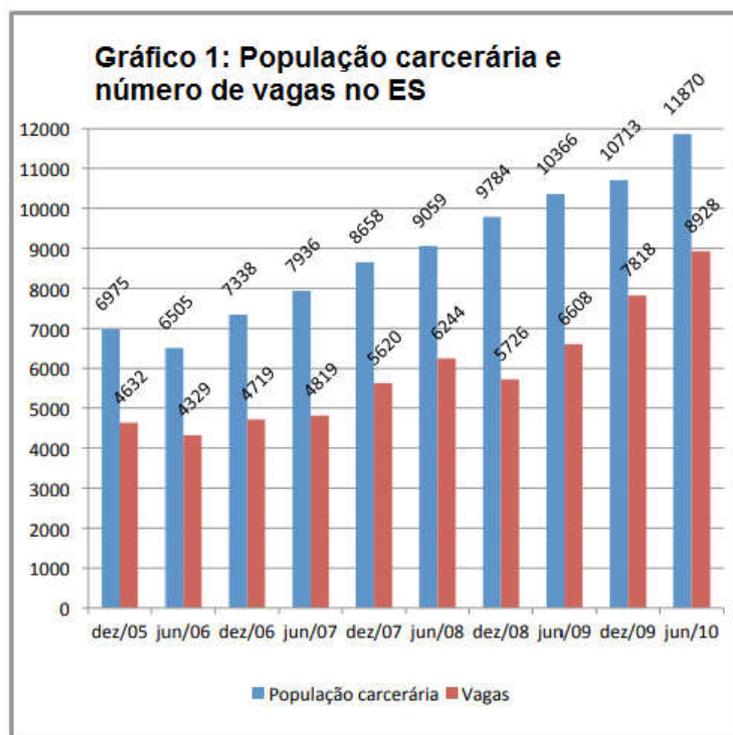
2. Sobre a Campanha Contra Violações no Sistema Prisional

A Campanha Contra as Violações no Sistema Prisional tem seu início no Espírito Santo em meados de 2004, tendo como principais motivações o lançamento do Pacto Nacional Contra a Tortura (assinado em 2000 pelo Governo Federal) e a Campanha Nacional Permanente Contra a Tortura e a Impunidade (2001-2003) empreendida pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos numa parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH). O contexto da campanha contra a tortura propiciou uma série de debates sobre padrões de ocorrência de casos de tortura, o que tornou possível estabelecer relações pontuais entre a prática de torturas e as agências de segurança pública responsáveis pela administração carcerária, como as secretarias estaduais de justiça e as polícias civil e militar (MNDH, 2003). A partir dessa discussão em nível nacional, foram criadas sedes estaduais para monitorar casos de tortura e encaminhar as denúncias para órgãos competentes, como o Comitê Estadual para a Prevenção e Erradicação da Tortura (CEPET). Neste contexto, no cenário capixaba, o surgimento de excessivas denúncias de violações dos direitos humanos nos centros de reclusão do setor prisional acaba por mobilizar a Campanha Contra as Violações no Sistema Prisional. Um evento marcante desse período inicial da campanha fora a assinatura do Pacto Estadual de Erradicação dos Crimes de Tortura, em 13 de dezembro de 2004, constando assinaturas de diversas organizações do movimento de direitos humanos, associações civis e também por representantes dos poderes públicos. O firmamento do Pacto buscava comprometimento em dar continuidade à recém-extinta campanha nacional através de ações em nível local (CEDH, 2011a). Esse evento compreende analiticamente o início do recorte temporal da campanha. Muito embora já tenham havido ocorrências de ações em prol das pautas de direitos humanos no setor prisional

(GIUGNI; PASSY, 1998, p. 84). Ao passo que a cooperação conflitual considera que os movimentos sociais são ambivalentes e utilizam uma estratégia de combinação entre o conflito e a cooperação (Idem).

capixaba ainda nos anos de 2002 e 2003, é no ano de 2004 que se dão início as atividades do CEPET no estado⁵.

As denúncias de violações no sistema prisional capixaba aumentaram drasticamente no período de 2006 a 2010 (CEDH, 2011a). Segundo especialistas como Ribeiro Junior, este período foi marcado por um acelerado processo de “encarceramento em massa” posto em prática durante os dois mandatos consecutivos do governo de Paulo Hartung (PMDB), de 2003 a 2010, como parte das reformas econômicas e políticas de seu governo. Tratava-se de uma concepção de política de redução da criminalidade pautada na culpabilidade da miséria e no encarceramento massivo da população (majoritariamente negra e pobre), cujo modelo demonstra ser pouco eficaz para a redução dos índices de criminalidade (RIBEIRO JUNIOR, 2013). As novas políticas de segurança buscavam assegurar os investimentos comerciais e industriais e, aliadas a adoção de técnicas de georreferenciamento do crime, conduziram ao crescimento exponencial do encarceramento, além de garantir a higienização da cidade para investimento em setores comerciais (RIBEIRO JUNIOR, 2013). Esse crescimento na população carcerária capixaba é ilustrado abaixo, no Gráfico 1:



⁵Cabe registrar que, embora o Comitê Estadual para a Prevenção e Erradicação da Tortura (CEPET/ES) exista desde 2004, quando foi formado e iniciou suas atividades, o mesmo foi formalmente instituído por lei estadual somente em 2013 (Lei nº 10.006, 26/04/13).

Fonte: Sistema Integrado de Informação Penitenciária. Gráfico retirado de (RIBEIRO JUNIOR, 2011, p.28).

Diante de tal conjuntura que se desenhara, o sistema prisional ficou conhecido no cenário nacional como “as masmorras de Hartung”. O contexto de superlotação acabou catalisando as práticas degradantes no interior do sistema carcerário brasileiro, incluindo casos de tortura, mortes, esquartejamentos e aprisionamento em estruturas impróprias (vide as famigeradas celas-microondas). Destaca-se que as situações de violações no sistema prisional também eram uma realidade na Unidade de Internação Socioeducativa (UNIS), conforme constatou o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) após receber uma série de denúncias provenientes de organizações do movimento alegando a ocorrência sistemática de abusos e até mortes de adolescentes na unidade (CARLOS, 2015, p.239).

O volume de denúncias que vinham sendo formuladas pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos acabou por motivar uma inspeção no sistema prisional capixaba. Ela veio a ocorrer em maio de 2006 e a partir das graves violações encontradas, o Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) sugeriu diretamente ao Ministério da Justiça a necessidade de uma intervenção federal no ES. No mês seguinte às inspeções, eclodiram uma série de rebeliões coordenadas pelos próprios presos em várias unidades de reclusão em todo o estado. A situação só foi controlada mediante intervenção da Força de Segurança Nacional, porém o clima de tensão permaneceu no período que seguiu.

A situação foi agravada ainda mais pela proibição, por parte da Secretaria Estadual de Justiça (SEJUS), da visita de centros de defesa dos direitos humanos, representantes de conselhos vinculados aos direitos humanos e também entidades religiosas. Essa proibição se estendeu de 2006 a 2010, e neste período, quaisquer visitas, vistorias e diligências só poderiam ocorrer mediante uma série de restrições impostas pela SEJUS. A secretaria impedia, por exemplo, contato direto com presos e também registros de imagem/áudio. Nesse contexto eram freqüentes as ameaças físicas e institucionalizadas aos ativistas de direitos humanos, sofrendo estes intimidações e criminalização ao serem acusados de incitar os presos a rebelarem-se. O movimento, por sua vez, acusou o governador de se recusar ao diálogo e de impedir as vistorias e registros da violência prisional. Essa dificuldade de diálogo entre o movimento e o Governo do estado é uma

característica marcante do período entendido como Campanha Contra as Violações no Sistema Prisional.

3. Sobre as delimitações metodológicas

No processo de análise do contexto de interação entre os atores engajados na Campanha Contra as Violações no Sistema Prisional, buscou-se assumir os eventos de interação sociedade-Estado como aqueles nos quais ocorrem relações com caráter deliberado (proposital) entre o MDH-ES e o Governo capixaba na busca por incidir sobre a conjuntura problematizada pelo movimento. Para fins de realizar uma análise mais complexa quanto ao perfil interativo da campanha, os repertórios de ação e interação foram estudados para além do panorama geral da campanha a partir da realização de recortes temporais específicos, ou seja, T1 (período de emergência da campanha) e T2 (visibilidade e pico de mobilização), de modo a acompanhar as mudanças na ação coletiva ao longo da cronologia histórica observada. Dessa forma, a classificação dos repertórios em T1 e T2 segue a seguinte norma classificatória: T1 compreende os repertórios ocorridos no período pré 2007, enquanto o período posterior a 2007⁶ compreende o T2 analítico da campanha.

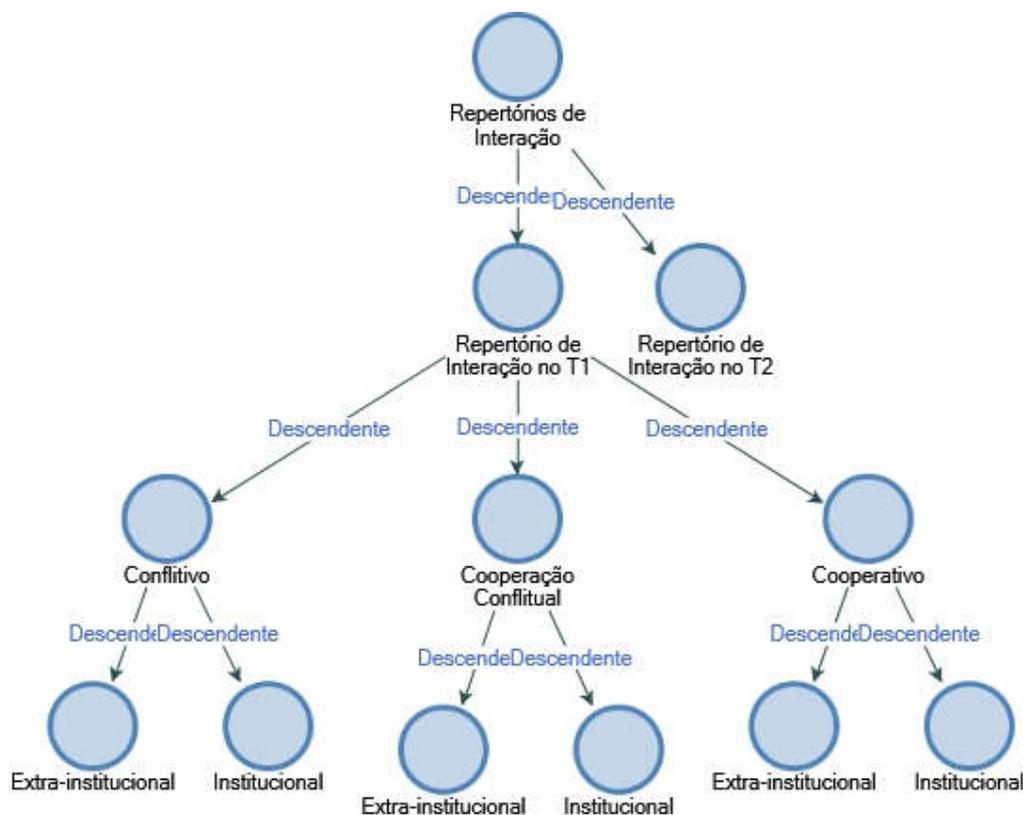
Para fins de organizar o banco de dados⁷ utilizado nesta pesquisa, utiliza-se um software de *Qualitative Comparative Analysis* (QCA) denominado NVIVO. O QCA possibilita o estudo aprofundado de casos com a formalização quantitativa das explicações qualitativamente encontradas nas amostras textuais disponíveis (RIHOUX; RAGIN, 2009). Desta forma, o esforço de classificação dos repertórios vem de forma a evidenciar a relevância documental atribuída a cada modalidade de interações mobilizada. Tal processo se dará a partir da classificação de fragmentos textuais que

⁶ A escolha desse recorte temporal se dá devido à maior visibilidade que as pautas do movimento adquirem no período posterior a inspeção do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, em maio de 2006. Além disso, neste período ocorre uma catalisação significativa na quantidade de repertórios executados por parte do movimento (CEDH, 2011a).

⁷ A obtenção dos documentos presentes no banco de dados utilizado nessa pesquisa é fruto do esforço de uma equipe envolvida no projeto intitulado **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada** (no qual o projeto de mestrado que originou este artigo também se inclui). Este projeto-matriz – que ainda se encontra em andamento – visa avaliar a efetividade dos movimentos sociais sobre as políticas públicas, mediante a análise de seus repertórios de ação coletiva, de trajetórias de ativismo e de interações com o Estado e as instituições políticas, em diferentes setores de políticas públicas no Brasil pós 1990, comparativamente no Espírito Santo e outros estados da federação. Integram este macroprojeto: Euzeneia Carlos do Nascimento (coordenador), Adrian Gurza Lavalle, Monika Weronika Dowbor da Silva, Maria do Carmo Albuquerque. Este projeto é financiado por: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Auxílio financeiro / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Bolsa / Fundo de Apoio à Pesquisa (ES) - Auxílio financeiro / Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo - Auxílio financeiro.

apontam a ocorrência de repertórios que se enquadrem nas categorias analíticas pertinentes a este estudo. A categoria analítica (ou *nó*, na terminologia do NVIVO) principal para a classificação dos elementos textuais relevantes presentes neste banco de dados é a de *Repertório de Interação*, sendo ela ramificada em dois subnós: *Repertório de Interação no T1* e *Repertório de Interação no T2*⁸ – vide Figura 1 –, sendo cada um deles subdividido de acordo com os três possíveis padrões de interação: conflitivo; cooperação conflitual; e cooperativo. Por seu turno, cada um desses subnós foi ramificado em tipos de ação, sendo elas, ações institucionais e extra-institucionais⁹. A Figura 1 (abaixo) representa graficamente a estrutura organizativa da classificação de dados aqui proposta:

Figura 1: Estrutura do nó de Repertórios de Interação



Fonte: Elaboração própria, a partir do Banco de Dados da pesquisa MDH-ES no NVivo.

⁸ Os nós inferiores do subnó *Repertório de Interação no T2* foram omitidos na Figura 1 por razões estéticas. Porém, eles possuem o mesmo formato de seus pares no T1.

⁹ Alguns exemplos de repertórios institucionais encontrados são: pedido de intervenção federal, ação civil pública e CPI; e de ação extra-institucional: denúncia, relatório, dossiê, publicação de matéria na mídia, ato público, passeata, fórum, apelo, carta aberta dentre outros.

O banco de dados referente à Campanha Contra as Violações do Sistema Prisional dispõe de 26 documentos provenientes tanto de setores do Estado como produzidos pelo próprio movimento social e da mídia. A essa amostra geral de fontes foram construídas uma série de classificações a fim de aprimorar a organização e processamento dos dados no banco. Esta classificação se resume a atribuição de cada fonte a diversas variáveis intrínsecas, sendo três os atributos principais: tipo de documento; origem; e ano analítico. O atributo de tipo de documento representa especificações acerca do formato da fonte, sendo as variações empiricamente encontradas as seguintes: relatório; projeto; ata de reunião; carta aberta; reportagem; revista. O atributo origem diz respeito a qual setor produziu o documento, sendo três suas variantes: sociedade civil; Estado; e mídia. Por fim, o atributo de ano analítico diz respeito ao período de elaboração do documento, classificando-os entre T1 (elaborado no início da campanha) e T2 (elaborado no pico da campanha). A disposição descritiva quanto aos tipos de documento presentes segue na Tabela 1, abaixo:

Tabela 1: Classificação das fontes segundo os atributos

| Atributos | Variáveis | Documentos |
|-------------------|------------------|-------------------|
| Tipo de documento | Relatório | 15 |
| | Reportagem | 4 |
| | Ata de reunião | 2 |
| | Projeto | 2 |
| | Carta | 1 |
| | Revista | 2 |
| Origem | Sociedade civil | 11 |
| | Estado | 11 |
| | Mídia | 4 |
| Ano analítico | T1 | 9 |
| | T2 | 17 |
| Total | | 26 |

Fonte: Elaboração própria, a partir do Banco de Dados do MDH-ES no NVivo. Pesquisa “Movimentos sociais e políticas públicas em perspectiva comparada”.

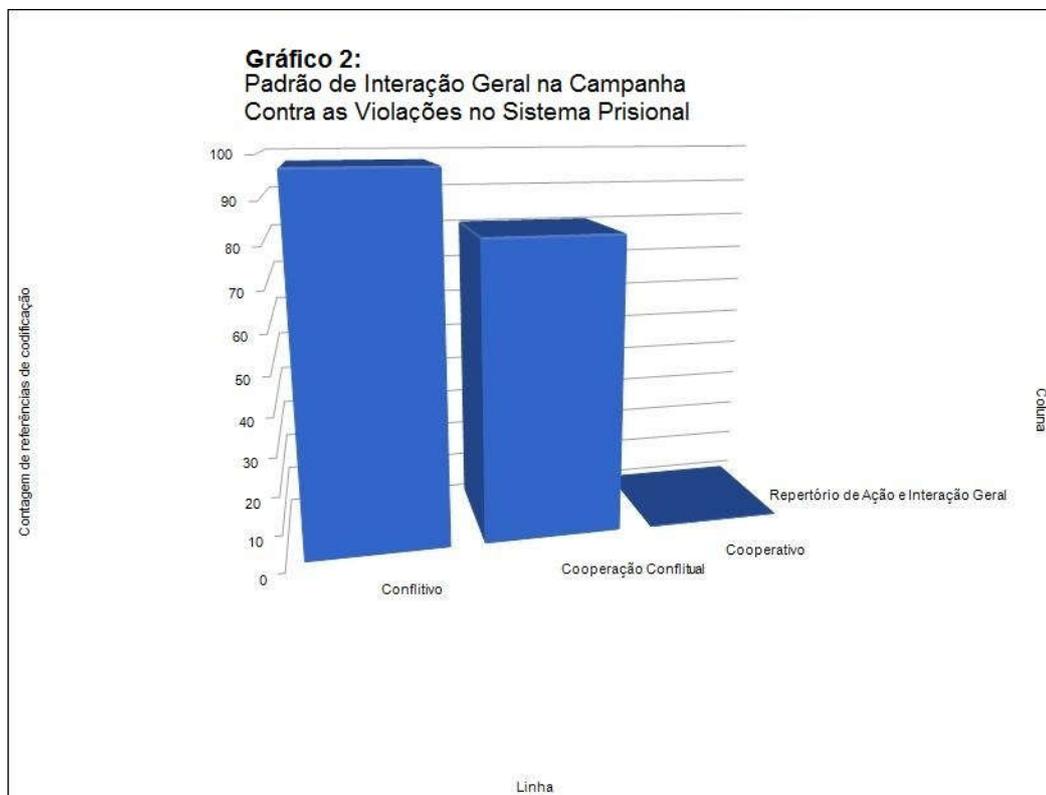
Uma vez expostos o contexto histórico, o arcabouço teórico a ser mobilizado em sua análise, a utilização pretendida das categorias analíticas e as delimitações do universo amostral estudado, darei segmento à sessão reservada à análise de dados.

4. As dinâmicas interativas entre o MDH e o Estado

A seguinte sessão será organizada de forma a expor a análise documental realizada com base nos nós apresentados na sessão anterior. Dessa forma, os dados serão expostos baseados em três critérios de temporalidade: Geral (totalidade da campanha); T1 e T2, nesta ordem.

4.1. Repertórios de Interação Geral

Os resultados encontrados na leitura dos dados documentais presentes no banco numa perspectiva geral expõem a seguinte disposição quanto ao seu padrão de interação: 97 ocorrências de repertórios conflitivos; 80 de repertórios de cooperação conflitual; e nenhuma ocorrência com caráter cooperativo. A representação gráfica dessa disposição se encontra ilustrada no Gráfico 2, abaixo:



Fonte: Elaboração própria, a partir do Banco de Dados do MDH-ES no NVivo. Pesquisa “Movimentos sociais e políticas públicas em perspectiva comparada”.

No referente aos níveis de institucionalização nos diferentes padrões interativos, observa-se o seguinte perfil: nos repertórios conflitivos, ocorreram 16 repertórios institucionais e 81 extra-institucionais; já nos repertórios de cooperação conflitual, observa-se uma tendência oposta, ao termos a maioria das ocorrências (67) no nível institucional e 13 no nível extra-institucional. Essa relação segue exposta abaixo, na Tabela 2:

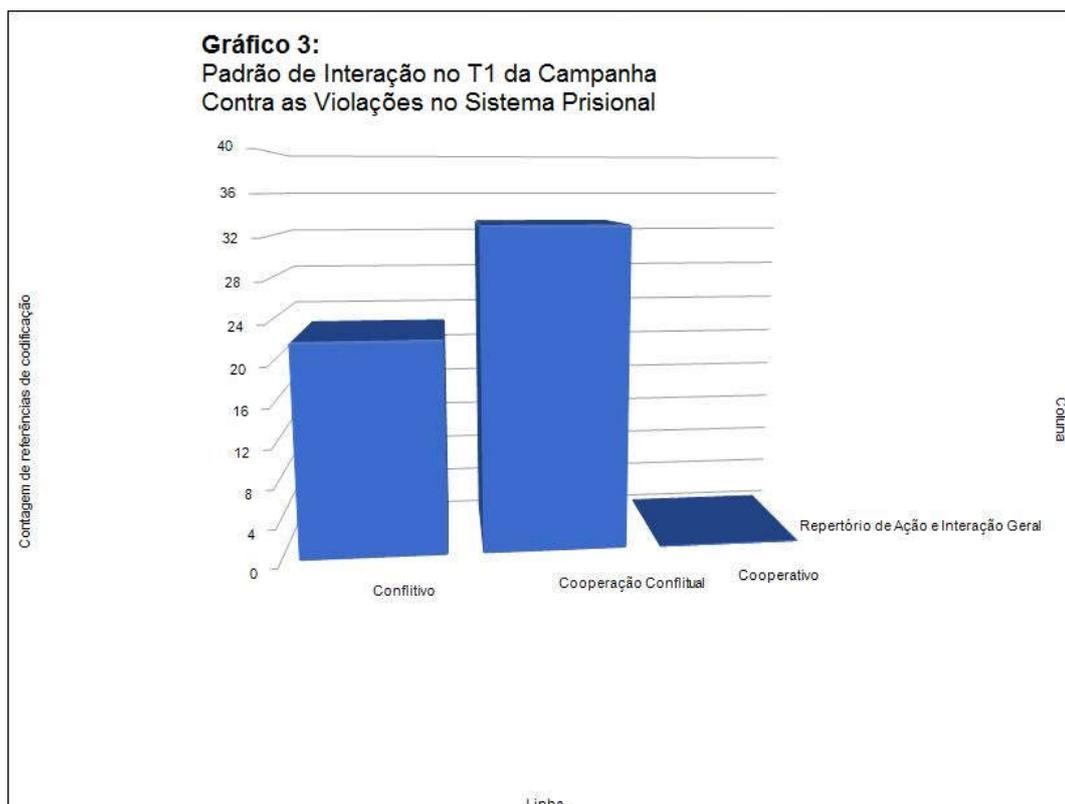
Tabela 2: Nível de institucionalização geral por padrão de interação

| Padrão de Interação | Nível de institucionalização | de Repertórios |
|----------------------------|-------------------------------------|-----------------------|
| Conflitivo | Institucional | 16 |
| | Extra-institucional | 81 |
| Cooperação Conflitual | Institucional | 67 |
| | Extra-institucional | 13 |

Fonte: Elaboração própria, a partir do Banco de Dados do MDH-ES no NVivo. Pesquisa “Movimentos sociais e políticas públicas em perspectiva comparada”.

4.2.Repertórios de Interação no T1

Ao analisarmos exclusivamente os repertórios de interação ocorridos no T1 (anterior a 2007), visualiza-se a seguinte disposição quanto ao seu padrão de interação: 22 ocorrências de repertórios conflitivos; 33 de repertórios de cooperação conflitual; e nenhuma ocorrência com caráter cooperativo. A representação gráfica dessa disposição se encontra ilustrada no Gráfico 3, abaixo:



Fonte: Elaboração própria, a partir do Banco de Dados do MDH-ES no NVivo. Pesquisa “Movimentos sociais e políticas públicas em perspectiva comparada”.

No referente aos níveis de institucionalização nos diferentes padrões interativos, observa-se o seguinte perfil: nos repertórios conflitivos, ocorreram 6 repertórios institucionais e 16 extra-institucionais; nos repertórios de cooperação conflitual, observam-se 30 ocorrências no nível institucional e 3 no nível extra-institucional. Essa relação segue exposta abaixo, na Tabela 3:

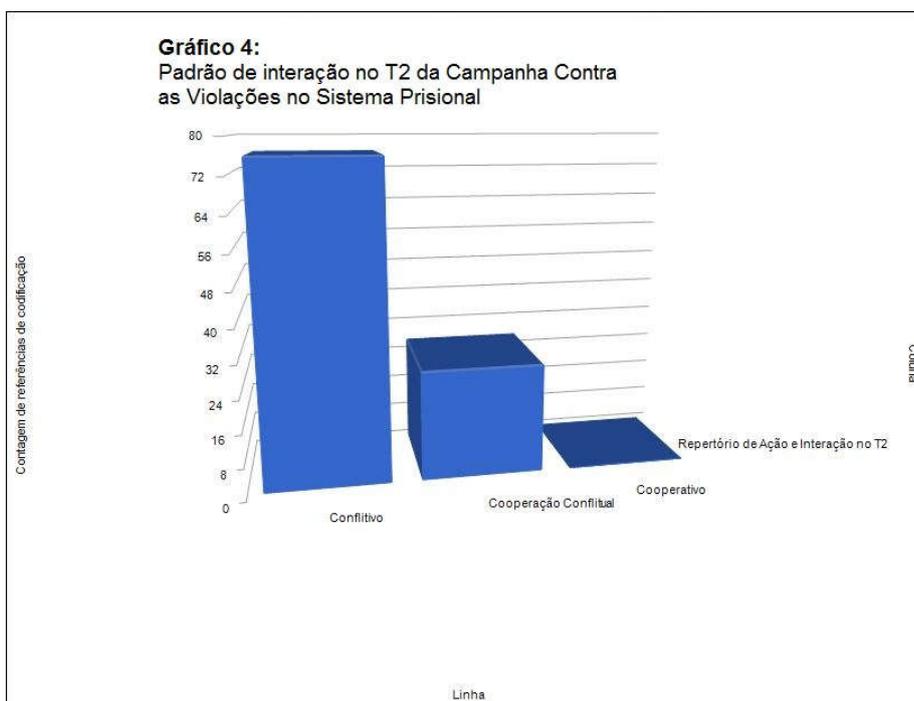
Tabela 3: Nível de institucionalização no T1 por padrão de interação

| Padrão de Interação | Nível de institucionalização | de Repertórios |
|----------------------------|-------------------------------------|-----------------------|
| Conflitivo | Institucional | 6 |
| | Extra-institucional | 16 |
| Cooperação Conflitual | Institucional | 30 |
| | Extra-institucional | 3 |

Fonte: Elaboração própria, a partir do Banco de Dados do MDH-ES no NVivo. Pesquisa “Movimentos sociais e políticas públicas em perspectiva comparada”.

4.3.Repertórios de Interação no T2

Ao analisarmos exclusivamente os repertórios de interação ocorridos no T2 (posterior a 2007), visualiza-se a seguinte disposição quanto ao seu padrão de interação: 76 ocorrências de repertórios conflitivos; 27 de repertórios de cooperação conflitual; e nenhuma ocorrência com caráter cooperativo. A representação gráfica dessa disposição se encontra ilustrada no Gráfico 4, abaixo:



Fonte: Elaboração própria, a partir do Banco de Dados do MDH-ES no NVivo. Pesquisa “Movimentos sociais e políticas públicas em perspectiva comparada”.

No referente aos níveis de institucionalização nos diferentes padrões interativos, observa-se o seguinte perfil: nos repertórios conflitivos, ocorreram 21 repertórios institucionais e 55 extra-institucionais; nos repertórios de cooperação conflitual, observam-se 24 ocorrências no nível institucional e 3 no nível extra-institucional. Essa relação segue exposta abaixo, na Tabela 4:

Tabela 4: Nível de institucionalização no T2 por padrão de interação

| Padrão de Interação | Nível | de | Repertórios |
|---------------------|-------|----|-------------|
|---------------------|-------|----|-------------|

| | institucionalização | |
|-----------------------|----------------------------|----|
| Conflitivo | Institucional | 21 |
| | Extra-institucional | 55 |
| Cooperação Conflitual | Institucional | 24 |
| | Extra-institucional | 3 |

Fonte: Elaboração própria, a partir do Banco de Dados do MDH-ES no NVivo. Pesquisa “Movimentos sociais e políticas públicas em perspectiva comparada”.

5. Conclusões

Diante dos resultados encontrados, à luz da literatura, pode-se relacionar à primeira vista o contexto histórico experimentado pelo movimento com os achados empíricos. O processo de restrição institucional experimentado na transição entre o T1 e o T2 analíticos da campanha corrobora com a inversão na distribuição dos padrões interativos (conflitivo *versus* cooperação-conflitual) que se evidencia ao avaliarmos esses sub-recortes temporais de forma separada. No âmbito dos níveis de interação (institucional *versus* extra-institucional), também verificamos coerência entre teoria e empiria no sentido em que se maximizaram ações distanciadas da zona de influência do setor público por parte do movimento no momento em que a percepção do papel antagonista do Estado se catalisava. Ainda há, porém, necessidade de explorar mais possibilidades causais externas às contempladas neste artigo, uma vez que nunca foi pretendida aqui a elucidação da totalidade do processo de transformação nas dinâmicas interativas entre o movimento social e o Estado, cabendo a realização futura de estudos mais incisivos visando essa investigação tanto no âmbito sociohistórico como a nível político.

Referências Bibliográficas

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. 2014. “Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência da era Lula”. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357.

ABERS, Rebecca e VON BÜLOW, Marisa. 2011, “Movimentos Sociais na Teoria e na Prática: Como Estudar o Ativismo através da Fronteira entre Estado e Sociedade?” *Sociologias* vol. 3, no 28, pp. 52-84.

- ALONSO, A. Repertório, Segundo Charles Tilly – A História de um Conceito. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, p. 21-41, 2012.
- CARLOS, Euzeneia. 2017. “Cooperação e conflito na relação movimentos sociais e Estado”. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 16, n. 35, Jan./Abr., p. 321-350.
- CARLOS, Euzeneia. “Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 30, n. 88, p. 83-99, jun. 2015.
- GIUGNI, M.; PASSY, F. 1998. “Contentious politics in complex societies: new social movements between conflict and cooperation”. In: GIUGNI, M.; MCADAM, D.; TILLY, C. (orgs.). *From contention to democracy*. Lanham, MA: Rowman & Littlefield, p. 81-107.
- RIBEIRO JUNIOR, H. 2011. “As políticas penitenciárias e de segurança pública do Espírito Santo no governo Hartung (2003-2010)”. *Anais do Congresso Brasileiro de Sociologia*, 15, Curitiba, 29.
- RIBEIRO JUNIOR, H. 2013. **As Políticas Prisionais Capixabas, A Criminalização Seletiva e as Violações aos Direitos Humanos**. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=3eebaed369eb3ae3>>. Acesso em: 01/10/2018.
- RIHOUX, B.; RAGIN, C. C. (eds.). 2009, **Configurational Comparative Methods Qualitative Comparative Analysis (QCA) and Related Techniques (Applied Social Research Methods)**, SAGE.
- TARROW, S. 2009. **O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ, Vozes.
- TILLY, C. *Contentious Performances*. Cambridge, Cambridge University Press. 2008.
- TILLY, C. “Preface” e “Repertoire of contention”. In: TILLY, C. **Regime and Repertoire**. Chicago, The University of Chicago Press. 2006.

Referências Documentais

- CEDH. Conselho Estadual de Direitos Humanos: Cartilha 15 anos em Revista, Vitória, 2011a.
- MNDH. 2003. Relatório final da Campanha Nacional Permanente de Combate à Tortura e à Impunidade, Setembro.